

Procedimento concursal comum para a ocupação de 1 (um) posto de trabalho, previsto e criado no mapa de pessoal aprovado para 2025, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de técnico superior, a afetar ao Pólo de Castelo Branco da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARHTO).

Ata n.º 1

1. Ao dia 5 do mês de janeiro de 2026, pelas 16:30 horas, reuniu, por videoconferência, o júri do procedimento concursal em epígrafe, designado por despacho da Vogal do Conselho Diretivo da APA, IP, Dra. Inês Costa Andrade, de 14 de outubro de 2025.

2. O júri tem a seguinte composição:

- **Presidente:** Maria Teresa Carvalho Ponce Álvares Vieira- Administradora da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste;
- **1º Vogal efetivo:** Bruno Miguel Do Carmo Marouço Moura – Técnico Superior, que substitui a Presidente nas suas ausências e impedimentos;
- **2º Vogal efetivo:** Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia – Técnico Superior,
- **1ª Vogal suplente:** Catarina Alexandra Patriarca Ferreira Guadalpi – Chefe de Divisão de Recursos Hídricos do Litoral;
- **2º Vogal suplente:** Hirondina Alves da Silva Simões - Técnica Superior.

3. O júri, nesta data, composto pela sua Presidente e Vogais efetivos, reuniu com o objetivo de:

- **Fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção;**
- **Selecionar os temas a abordar nas provas de conhecimento e respetiva legislação.**

4. Os métodos de seleção obrigatórios a utilizar no presente procedimento concursal serão os estabelecidos no n.º 5 do artigo 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugados com o disposto nos artigos 17.º e 18.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, adiante designada "Portaria":

- **Prova de conhecimentos (PC)**, ponderado em 70%, o qual será complementado com o método complementar;
- **Avaliação Curricular (AC)**, ponderado em 30%.

5. Cada método de seleção, é eliminatório, sendo excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos de seleção ou que não compareça ao mesmo.

6. **Prova de Conhecimentos (PC)** – visa avaliar os conhecimentos académicos/profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos em situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa.

6.1.A prova de conhecimentos será escrita, de realização individual, de natureza teórica, em suporte de papel, numa só fase, com a duração de 60 minutos, com possibilidade de consulta dos elementos descritos na “Legislação” e “Bibliografia”, sem ligação à internet, sendo constituída:

- Por 20 perguntas de escolha múltipla, com a cotação de 0,85 valores, cada;
- Por 1 pergunta de desenvolvimento (pergunta direta com resposta livre, com a cotação de 3 valores.

6.2. É adotada para a prova de conhecimentos uma escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às décimas.

Seleção dos **temas** a abordar na prova escrita de conhecimentos:

- Ambiente e Proteção Civil ou afins.

Seleção da **legislação** necessária à realização da prova escrita de conhecimentos:

- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua atual redação: Lei da Água;
- Lei n.º 54/2005, 15 de novembro, na sua atual redação: estabelece a Titularidade dos Recursos Hídricos;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual: Regime da Utilização dos Recursos Hídricos, que complementa a Lei da Água;
- Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro: fixa as regras do Regime de Utilização dos Recursos Hídricos;
- Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, na sua atual redação: Aprova a Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente I. P.;
- Portaria n.º 108/2013, de 15 de março, na sua atual redação: Aprova os Estatutos da Agência Portuguesa do Ambiente I. P.;
- Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro Sumário: Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

Seleção da **bibliografia** necessária à realização da prova escrita de conhecimentos:

- Guia de Apoio sobre a Titularidade dos Recursos Hídricos - documento acessível através da seguinte ligação:

https://apambiente.pt/sites/default/files/_SNIAMB_A_APA/Publicacoes/Guias_Manuais/Guia_RH_setembro2014.pdf;

- Domínio Hídrico: <https://apambiente.pt/agua/dominio-hidrico>;
- Limpeza e desobstrução de linhas de água - documento acessível através da seguinte ligação:
<https://apambiente.pt/agua/limpeza-e-desobstrucao-de-linhas-de-agua>.

7. A avaliação curricular (AC) – que visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho;

Com base na apreciação do respetivo currículo profissional, serão ponderados os fatores de análise, conforme consta da fórmula seguinte, sendo a avaliação dos candidatos obtida na escala de 0 a 20 valores, com arredondamento às décimas:

$$AC = \frac{2 (HL) + 2 (FP) + 5 (EP) + (AD)}{10}$$

Em que:

AC = Avaliação Curricular

HL = Classificação das Habilitações Literárias

FP = Classificação da Formação Profissional

EP = Classificação da Experiência Profissional

AD = Classificação da Avaliação de desempenho

Assim, as regras a observar na valorização dos diversos elementos curriculares são os seguintes:

7.1. Habilitações Literárias (HL) - Será ponderada a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida.

Habilitação detida	Valoração
Habilitações mínimas exigidas – Licenciatura	14 Valores
Se o candidato for detentor de licenciatura nas áreas do Ambiente e Proteção Civil ou afins.	16 Valores
Se o candidato for detentor de Mestrado ou doutoramento	18 Valores
Se o candidato for detentor de Mestrado ou Doutoramento nas áreas do Ambiente e Proteção Civil ou afins.	20 Valores

Não haverá possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.



7.2. Formação Profissional (FP) – Serão ponderadas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do posto de trabalho a ocupar e não serão consideradas as ações de formação fora do âmbito do presente procedimento concursal.

Neste fator será atribuída uma valorização mínima de dez valores, correspondente à formação adquirida no exercício das funções, completada, até um máximo de vinte valores, tendo em conta as cópias dos Certificados/Declarações constantes da candidatura apresentada.

Horas de formação no exercício de funções	Valoração
a) Até 35 (trinta e cinco) horas	1 Valor
b) Mais de 35 (trinta e cinco) e até 140 (cento e quarenta) horas	2 Valores
c) Mais de 140 (cento e quarenta) e até 700 (setecentas horas)	3 Valores
d) Mais de 700 (setecentas horas)	4 Valores

A quantificação da formação profissional integra assim os seguintes fatores:

$$FP = 10 + [a) + b) + c) + d)] \leq 20 \text{ valores}$$

A participação em conferências, *workshops*, seminários e congressos, são valorados como ações de formação, de acordo com a valoração supra referida.

Cada semana corresponde a 35 horas, correspondendo cada dia a 7 horas. Caso não se verifique a indicação da carga horária, é considerado que cada dia corresponde a 7 horas e cada meio-dia a 3 horas e 30 minutos.

7.3. Experiência Profissional (EP) – Será ponderado o desempenho efetivo de funções da atividade para o qual o procedimento concursal foi aberto.

A cada candidato será atribuída uma valorização mínima de dez valores, à qual se adicionarão as valorizações infra parametrizadas, em conformidade com as experiências profissionais descritas no *curriculum vitae*, até ao máximo de vinte valores:

Experiência em:	≤ 1 ano	> 1 ano e ≤ 4 anos	> 4 anos
Fiscalização dos recursos hídricos	0,5	2	2,5
Apoio ao licenciamento dos recursos hídricos	0,5	2	2,5
Amostragem e monitorização dos recursos hídricos	0,5	2	2,5
Análise emissão pareceres	0,5	2	2,5

A avaliação deste fator será obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$EP = 10 + [(a) + (b) + (c) + (d)] \leq 20 \text{ valores}$$

7.4. Avaliação de desempenho (AD) – Será ponderada através da aplicação da seguinte fórmula:

$$AD = [AD1 + AD2 + AD3]/3$$

Em que:

AD = Média da Avaliação de desempenho

AD1 = Classificação da Avaliação de desempenho ano 1

AD2 = Classificação da Avaliação de desempenho ano 2

AD3 = Classificação da Avaliação de desempenho ano 3

A pontuação a atribuir corresponderá à média aritmética das avaliações obtidas nos últimos 3 anos em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, após a conversão na escala de 0 a 20 valores, de acordo com as seguintes regras:

Entre	Valores
1 e 2,99 =	8
3 e 3,99 =	12
4 e 4,499 =	18
≥ 4,5 =	20

Quando o candidato não tiver sido avaliado em qualquer dos anos, por razões que não lhe sejam imputáveis, ser-lhe-á atribuída a pontuação de 12 valores.

Para efeitos de avaliação, foi elaborada a **Ficha de Avaliação Curricular**, que se encontra em anexo à presente ata e da qual é parte integrante (**ANEXO I**).

8. Classificação Final – Resultará da soma das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às décimas, efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{0,7 \times (PC) + 0,3 \times (AC)}{10}$$

10

Onde:

CF = Classificação Final

PC = Classificação da Prova de Conhecimentos

AC = Classificação da Avaliação Curricular

Para a classificação final de cada candidato foi elaborada uma Ficha de Apuramento da Classificação Final, que se encontra em anexo à presente ata, (**ANEXO II**), e constitui parte integrante da presente ata.

Em caso de igualdade de valorações serão aplicados os critérios de ordenação preferencial constantes do artigo 24.º da Portaria.

9. Deliberou, ainda, o júri considerar que a candidatura a entregar deverá ser constituída pelo formulário de candidatura, obrigatório, que se encontra disponível na página eletrónica APA, acompanhado dos demais documentos ao presente procedimento concursal.

10. Apenas são aceites candidaturas remetidas por correio eletrónico para o endereço: recrutamento@apambiente.pt;

11. Não serão consideradas, pelo júri, as candidaturas entregues fora do prazo de receção das mesmas.

12. Nos termos do disposto no artigo 16.º todos os candidatos serão notificados sobre a admissão ou exclusão da respetiva candidatura.

13. Os candidatos excluídos poderão exercer o direito de audiência prévia, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, devendo exercer o direito de pronúncia através do preenchimento do formulário-tipo, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica da APA.



14. As notificações e convocações a efetuar no âmbito do presente procedimento concursal serão efetuadas exclusivamente por correio eletrónico, nos termos do artigo 6.º da Portaria, usando-se para o efeito o endereço eletrónico indicado pelo candidato, no formulário de candidatura.

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por finda a reunião pelas 17:00 horas e lavrada a presente ata, (incluindo anexos) que vai ser assinada pelos membros do júri por meios eletrónicos ou manualmente.

Presidente

1º Vogal efetivo

2º Vogal efetivo

MARIA TERESA DE CARVALHAL
SOARES PONCE
ÁLVARES VIEIRA

Assinado de forma
digital por MARIA
TERESA DE
CARVALHAL
SOARES PONCE
ÁLVARES VIEIRA

FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR

Identificação do candidato	
Nome: _____	
Avaliação curricular	Valorização
1. Habilitações Literárias (HL) A avaliação da titulação do nível habilitacional corresponderá à seguinte graduação:	
Mestrado ou Doutoramento nas áreas indicadas no aviso de abertura _____	
Mestrado ou Doutoramento _____	
Licenciatura nas áreas indicadas no aviso de abertura _____	
Licenciatura _____	
Total HL _____	
2. Formação Profissional (FP) É atribuída uma valorização mínima de dez valores, correspondente à formação profissional adquirida no exercício das funções, completada até um máximo de vinte valores, sendo atribuída a cada ação, conforme a sua duração, a seguinte valorização:	
$FP = 10 + [(a) + (b) + (c) + (d)] \leq 20 \text{ valores}$	
a) Horas de formação ≤ 35 _____	0
b) Horas de formação >35 e ≤ 140 _____	0
c) Horas de formação ≥ 140 e ≤ 700 _____	0
d) Horas de formação >700 _____	0
Total FP _____	
3. Experiência Profissional (EP) Será ponderado o desempenho efetivo de funções da atividade para o qual o procedimento concursal foi aberto.	
$EP = 10 + [(a) + (b) + (c) + (d)] \leq 20 \text{ valores}$	
Fiscalização dos recursos hídricos _____	0
Apoio ao licenciamento dos recursos hídricos _____	0
Amostragem e monitorização dos recursos hídricos _____	0
Análise emissão pareceres _____	0
Total EP _____	
4. Avaliação de Desempenho (AD)	
Avaliação _____	2024 2023 2022
Total AD _____	
5. Avaliação Curricular (AC) $AC = [2 (HL) + 2 (FP) + 5 (EP) + (AD)] / 10$	
Excluído _____	

JÚRI

Presidente
MARIA TERESA
DE CARVALHAL
SOARES PONCE
ÁLVARES VIEIRA
Assinado de forma
digital por MARIA
TERESA DE CARVALHAL
SOARES PONCE
ÁLVARES VIEIRA

1.º Vogal

2.º Vogal



apa

agência portuguesa
do ambiente

Anexo II à ATA N.º 1

Procedimento Concursal Comum - 1 Posto de Trabalho - Técnico Superior
Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste - Cast Branco

FICHA DE APURAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Identificação do candidato

Nome:

A Classificação Final (CF) e a ordenação dos candidatos pela aplicação de todos os métodos de seleção, será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = 0,7 * (PC) + 0,3 * (AC)$$

Em que:

CF = Classificação Final

Ponderação

PC = Prova de Conhecimentos

0,7

AC - Avaliação Curricular

0,3

Método de seleção	Avaliação Obtida	
PC = Prova de Conhecimentos		0,00
AC - Avaliação Curricular		0,00
AF - Avaliação Final		0,00

Presidente

1.º Vogal

2.º Vogal

MARIA TERESA
DE CARVALHAL
SOARES PONCE
ÁLVARES VIEIRA

Assinado de forma
digital por MARIA
TERESA DE
CARVALHAL SOARES
PONCE ÁLVARES
VIEIRA

